



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1944/03	DATA: 12/11/2003
INÍCIO: 15h37min	TÉRMINO: 17h03min	DURAÇÃO: 1h26min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h26min	PÁGINAS: 19	QUARTOS: 18

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
IRENE KHAN - Secretária-Geral da Anistia Internacional.

SUMÁRIO: Debate sobre a promoção e a proteção dos direitos humanos no Brasil.

OBSERVAÇÕES
Reunião conjunta com as Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico e de Constituição e Justiça e de Redação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Enio Bacci) - Declaro abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Direitos Humanos.

Tem a palavra a Secretária-Geral da Anistia Internacional, Sra. Irene Khan, para sua explanação inicial. Posteriormente concederemos a palavra aos Srs. Parlamentares.

A SRA. IRENE KHAN - (*Exposição em inglês. Tradução simultânea.*) - Muito obrigada pelo convite feito à Anistia Internacional para falar diante desta Comissão de Direitos Humanos, assim como de outras entidades aqui presentes. Apreciamos muito o apoio que esta Comissão vem dando à promoção e à proteção dos direitos humanos no Brasil.

Como V.Exas. sabem, a Anistia Internacional é uma organização internacional de direitos humanos. Temos mais de 1,8 milhão de membros, em mais de 100 países pelo mundo. Nosso trabalho no Brasil já existe há várias décadas. Temos tido a oportunidade de, juntamente com organizações de direitos humanos no Brasil, observar a transformação havida neste País no campo dos direitos humanos com a passagem da ditadura militar para a democracia.

Naturalmente, ainda existem muitas questões a serem resolvidas. Assim como o Brasil sofreu transformações, a Anistia Internacional também vem se transformando. Com o passar dos anos, expandimos nosso trabalho. Além de dar atendimento a prisioneiros políticos e torturados, começamos a agir em outras áreas, como na proteção de mulheres, crianças e refugiados, e dos direitos econômicos, sociais e culturais.

Esse foco em direitos econômicos, sociais e culturais, assim como em direitos civis e políticos, é extremamente importante no nosso trabalho, como o é também no Brasil.

Acompanhamos com muito interesse a prioridade que vem sendo dada à agenda social no Brasil. Acreditamos que os direitos humanos são ponto fundamental da agenda social para direitos econômicos e sociais.

A liberdade do querer e a liberdade do medo estão bastante intrincadas.

Vemos claramente que no Brasil, como em várias partes do mundo, a pobreza, a debilidade e a desigualdade sociais são as principais causas de



violência, crime e abuso dos direitos humanos. Ao mesmo tempo, os mais pobres são as maiores vítimas da falência da segurança pública.

Uma das preocupações que temos, e sei que também de vários dos presentes, é como abordar de forma abrangente as questões relativas aos direitos humanos para dar ênfase igualmente aos direitos sociais, econômicos e culturais, assim como aos direitos civis e políticos.

Semana passada encontrei-me com várias organizações de direitos humanos no Brasil, organizações sociais, acadêmicos, líderes de opinião e líderes políticos. Nas discussões ficou muito claro que eles compartilham essa preocupação comum por uma abordagem mais abrangente da segurança, que coloque os direitos humanos à frente na discussão desse tema.

Vemos no âmbito internacional que as discussões sobre segurança internacional, sobre a guerra ao terror, e a conduta de alguns Governos em dar grande ênfase ao uso da força, na detenção e no abuso dos direitos humanos, têm sido em detrimento da abordagem sobre segurança humana. A segurança nacional tem sido promovida à custa dos direitos humanos. Quando isso ocorre, o que realmente vemos é que o grande perdedor é a segurança humana.

Temos dado boas-vindas à conduta do Brasil no cenário internacional, posicionando-se fortemente no sentido de garantir que os direitos humanos sejam colocados no centro do debate da segurança internacional. Esperamos que no cenário doméstico o Brasil também continue a colocar os direitos humanos no centro das discussões sobre segurança pública.

Como V.Exas. provavelmente sabem, a partir do trabalho da Anistia Internacional no Brasil, questões de segurança pública e o impacto dos direitos humanos nas políticas de segurança pública têm sido importante preocupação da Anistia Internacional nos anos recentes.

Muito progresso tem ocorrido nessa área em termos do desenvolvimento de leis, de planos nacionais de direitos humanos e outros mecanismos. Mas muito ainda há que ser feito, especialmente nos Estados.

Os números falam por si. De acordo com os relatórios, as mortes nas mãos dos policiais aumentou 31% até o mês de setembro deste ano. Da mesma maneira,



no Rio de Janeiro houve um aumento de 36%. E falo especificamente disso, porque o alvo dessas matanças parece sempre ser os pobres.

Visitamos o Borel e outras comunidades carentes de São Paulo, quando verificamos que todas elas sentem essa marca, o peso do indiscriminado uso da força policial. Nesse caso, os culpados e os inocentes sofrem abusos da mesma maneira na área de direitos humanos.

Os defensores dos direitos humanos são rotulados de defensores de criminosos e bandidos. Acontece que, se não defendermos os direitos dos culpados, os inocentes acabarão sofrendo. E, como todos nós que trabalhamos na área de direitos humanos sabemos, esses direitos são para os melhores de nós, mas também têm de valer para os piores de nós.

Nesse contexto, quero mencionar agora algumas ações e esforços que estão sendo levados a cabo nessas áreas por alguns de V.Exas. no Parlamento e no Governo.

Primeiro, a respeito do desarmamento. Entendi que há um projeto de lei que já passou pela Câmara dos Deputados e agora está no Senado Federal. A Anistia Internacional vem lutando pela não-comercialização de armas leves, pois consideramos ser essa uma das principais causas da violência.

Dia 9 de outubro deste ano, juntamente com a OXFAM e com a International Action Network, lançamos uma campanha de controle de armas leves de pequeno porte. Fazemos isso porque vemos essas armas leves como agentes da destruição em massa. Cerca de meio milhão de pessoas morrem a cada ano por causa do uso de armas leves. E, como V.Exas. sabem, no Brasil esse número chega a 40 mil.

Na verdade, nossa campanha tem 2 alvos e 2 níveis: o internacional, com o objetivo de controlar o comércio dessas armas; e o nacional, com a finalidade justamente de tirá-las das mãos da comunidade. Naturalmente isso seria feito através de vários mecanismos: a legislação, as próprias comunidades e a regulamentação do uso de armas por policiais e guardas de segurança.

Portanto, vemos a legislação no Brasil como um passo importantíssimo.

Como já disse, a legislação criada neste País é um grande passo, mas, a médio e longo prazos, para que ela seja posta em prática, há a necessidade de complementá-la com o melhor controle do uso de armas pelas polícias e pelas



forças de segurança. Portanto, deve haver uma reforma da polícia e também a confiança da comunidade no uso da não-violência para controlar a segurança pública.

Se não houver essa reforma abrangente da polícia, assim como o combate ao tráfico e ao crime organizado, vai haver mais pessoas nas prisões, mas as armas continuarão nas ruas.

Por isso, estamos muito interessados em saber como será essa lei única de segurança pública que está sendo planejada pelo Governo Federal. E também como será feita sua aplicação nos Estados.

Sabemos que há vários planos para uma reforma no Judiciário, e ela será muito bem-vinda. Mas, naturalmente, é necessária uma reforma geral do sistema.

Sei que muitos de V.Exas. estão familiarizados com o nosso trabalho nessa área. Sabemos que o sistema judiciário é bastante lento e que sentenças mais severas levaram a uma superpopulação nas prisões, com pouquíssima possibilidade de reabilitação desses detentos. Na verdade, isso tende a reforçar o ciclo de violência e crime.

O membro de uma ONG brasileira descreveu para mim as prisões como o armazém dos pobres. Outro me disse que há uma linha muito tênue em se viver em uma favela, morrer em uma favela ou acabar em uma prisão.

Essas afirmações trazem novamente à baila a forte ligação entre os desenvolvimento social e econômico e o foco sobre os direitos humanos.

Outro ponto que tenho discutido no Brasil com as ONGs e com ativistas em geral é a violência contra mulher. No ano que vem a Anistia Internacional lançará uma campanha global para deter essa violência. Espero ter a oportunidade de discutir esse assunto com V.Exas., talvez uma das maiores violações de direitos humanos de todos os tempos.

Quero concluir minha fala com um pensamento.

Nós na Anistia Internacional sempre apreciamos e elogiamos o Brasil em relação às novas leis, em questões como a tortura, e também por ter a Polícia Militar sob jurisdição civil. Ao mesmo tempo em que existe um bom sistema de leis para proteger as pessoas, esse sistema, no dia-a-dia, está um pouco enfraquecido.



Esse é o grande desafio que todos temos de enfrentar, quer como ativistas de direitos humanos, quer como legisladores. O primeiro passo é colocar os direitos humanos na nossa agenda, o que já foi feito. O segundo é reconhecer que há problemas de direitos humanos, o que também já foi reconhecido no Brasil. O terceiro é saber como agir para que a mudança aconteça, o mais difícil deles.

Por isso, peço a opinião de V.Exas., legisladores, sobre como implementar mudanças na área de direitos humanos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Enio Bacci) - Vamos ouvir agora os Deputados que queiram fazer questionamentos. Posteriormente, abriremos a palavra às entidades representativas que queiram fazer alguma observação.

Propomos que as intervenções ocorram em bloco de 3 Parlamentares. Logo após, a Secretária-Geral fará uma avaliação ou responderá as perguntas feitas.

De acordo com a lista de inscrição, concedo a palavra ao Deputado Orlando Fantazzini, por até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quero apenas cumprimentar a Sra. Irene Khan, reconhecer a importância do trabalho desenvolvido pela Anistia Internacional no exterior e no Brasil, e fazer algumas observações.

Na minha opinião, o trabalho do Congresso Nacional hoje é conter o avanço sistemático de setores retrógrados no que diz respeito à legislação de proteção e promoção dos direitos humanos.

Digo isso porque recentemente a Câmara aprovou, e o Senado alterou — o Deputado Inaldo Leitão me informa que felizmente conseguiu-se reduzir esse prazo —, o isolamento dos presos por 360 dias. Trata-se de um retrocesso e, no nosso ponto de vista, de uma pena inconstitucional.

Há também proposituras como o Estatuto do Desarmamento, em que há a pretensão de o Senado reformar aquilo que foi aprovado na Câmara, no sentido de fazer com que as pessoas possam se armar como forma de garantir a própria segurança.

Hoje, o trabalho da Comissão de Direitos Humanos deve estar muito mais voltado para impedir esses avanços, pois na verdade significam um retrocesso.



Por outro lado, embora tenhamos avançado no aspecto da legislação, como a Secretária Irene Khan reconheceu, estamos ainda em uma fase muito conceitual, e é necessário que o País saia do conceitual e parta para a ação concreta. Digo isso por causa do avanço da violência no País, cujos efeitos têm sido muito discutidos, mas não há ações concretas para combatê-la nas suas raízes, na causa. E a causa, obviamente, tem associação próxima à má distribuição de renda. E para termos uma melhor distribuição de renda é imprescindível a ocorrência da reforma agrária, ainda estagnada no País.

É fundamental haver ações concretas que visem eliminar os conflitos agrários e aqueles que envolvam as comunidades indígenas. Hoje, inclusive, tivemos uma audiência na Comissão de Agricultura em que o tema era *Roraima*, e mais uma vez esteve presente a concepção de que os índios travancam o desenvolvimento e o progresso do País. É lamentável, mas ainda temos de conviver com conceitos dessa natureza.

A problemática do sistema penitenciário aponta para um sistema totalmente falido no País. Caminhamos na contramão da história, pois ao invés de discutirmos e implementarmos políticas que garantam penas alternativas, temos visto grande investimento na construção de presídios e na manutenção desse modelo penitenciário que não reeduca, não reinsere o cidadão, ao contrário, marginaliza-o cada vez mais.

A tortura acontece tanto nos presídios como nas delegacias e, principalmente e infelizmente, nas unidades de internação dos adolescentes.

Não bastassem esses dados, um dos aspectos mais graves com que temos de trabalhar não é apenas a reforma do Judiciário, mas a garantia do acesso à Justiça do cidadão comum, do cidadão mais simples. Hoje, esse acesso é assegurado constitucionalmente, mas o cidadão mais humilde não o tem. Tanto não tem acesso que em alguns Estados sequer contamos com Defensorias Públicas, e se não há defensor público o cidadão não tem como fazer a própria defesa ou ver o seu direito discutido no Judiciário.

Outro aspecto é a problemática dos nossos migrantes, que não são atendidos em seus direitos.



Há também a questão dos meios de comunicação. A Comissão de Direitos Humanos promove a campanha *Quem financia a baixaria é contra a cidadania* — e não sei qual termo a tradutora poderá usar —, que busca a valorização dos direitos humanos através dos meios de comunicação. A mulher é o grande alvo, pois é cotidianamente desrespeitada ao ser tratada, principalmente na televisão, como mero objeto para a satisfação do desejo sexual masculino. Além disso, a programação da televisão estimula a intolerância; há uma cultura de violência, preconceito e racismo.

Acredito que se os Governos Estadual e Federal se empenhassem não apenas na difusão de conceitos mas também na aplicação concreta deles, teríamos uma melhor proteção e a promoção dos direitos humanos no País.

No meu ponto de vista, Sr. Presidente, a Anistia Internacional tem um papel fundamental no sentido de contribuir para isso, seja através da pressão internacional seja através de ações concretas. Se não sair do papel ou da ação conceitual, de conceito em conceito continuaremos assistindo aos direitos humanos serem aviltados no País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Enio Bacci) - Dando continuidade aos trabalhos e seguindo a lista de inscrição, passamos a palavra ao Deputado Inaldo Leitão.

O SR. DEPUTADO INALDO LEITÃO - Sr. Presidente, Sra. Irene Khan, Secretária-Geral da Anistia Internacional, quero retomar o que disse o Deputado Orlando Fantazzini a respeito de uma direção que temos adotado na Câmara e, pior, no Senado, no tocante à elaboração legislativa em matéria penal.

No que diz respeito ao projeto de lei que altera a Lei de Execução Penal, aprovado pela Câmara e revisado recentemente pelo Senado — e vejo 3 votos contrários: o meu, o do Deputado Orlando Fantazzini e o do Deputado Fernando Gabeira —, o Senado fez pior. A lei previa a criação de um regime disciplinar diferenciado para impor aos autores de infração grave um castigo de isolamento de 360 dias. Só alguém que seja imune à loucura pode sair isento de um castigo desses. Aliás, trata-se de pena cruel, vedada pela Constituição Federal. Mas na tendência de endurecer o sistema de penas, o Senado dobrou o castigo para 720 dias. Imaginem o que significa alguém passar 720 dias trancafiado, quase



incomunicável, vendo o sol 2 horas por dia. É algo absurdo que extrapola os limites da tolerância do ser humano.

Felizmente, derrotamos essa alteração na Comissão de Constituição e Justiça da Casa, mas permanece esse castigo de 360 dias, que merece uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por ser incompatível com a vedação constitucional que proíbe a aplicação de pena cruel.

Ao lado disso — e me lembro do que disse o Deputado Fernando Gabeira, e que reproduzi em várias ocasiões em que tive a oportunidade de fazer alguma intervenção —, há previsão de que as pessoas que integram organizações criminosas serão submetidas a esse tipo de castigo. O conceito de organização implica a existência de 2 ou mais pessoas praticando determinado crime, mas nem todas as organizações criminosas são comandadas por Fernandinho Beira-Mar, que trafica drogas, assassina pessoas, elimina juízes, promotores, autoridades de um modo geral. Há também aquelas organizações que cometem crimes de pouca repercussão social, como é o caso do ladrão de galinha, daquele que rouba um pneu ou qualquer outro produto, e elas são equiparadas às grandes organizações criminosas chefiadas por bandidos de alta periculosidade.

Quero registrar a preocupação com a tendência que temos adotado aqui, no sentido de endurecer as penas, como se essa fosse a solução mágica para a violência e a criminalidade no Brasil. Sem falar, Sra. Secretária, Srs. Deputados, Sr. Presidente, que nosso sistema penitenciário é um conjunto de masmorras, de ambientes infectos, superlotados, em que, além da tortura do próprio ambiente, a tortura é uma prática permanente, assim como nas delegacias de polícias, que são pouco fiscalizadas.

Dito isso, quero saber como é possível conciliar o trabalho da Anistia Internacional, cuidando de 2 aspectos que aparentemente se contrapõem. Primeiro, em relação à segurança. Como o próprio nome diz, a segurança normalmente tem um componente prevalente: a repressão. Segundo, os direitos humanos que procuram defender e promover a cidadania.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Enio Bacci) - Passo a palavra ao terceiro orador inscrito, Deputada Iriny Lopes.



A SRA. DEPUTADA IRINY LOPES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais presentes, hoje, no café da manhã, tive a oportunidade de conversar com a Sra. Irene Khan sobre os problemas relativos à violência contra a mulher. Na oportunidade, S.Sa. disse que essa é uma das preocupações e que no ano que vem haverá uma campanha internacional sobre o tema.

No dia 25 de novembro, pretendemos votar, na Câmara dos Deputados, e estamos mantendo contato com o Presidente da Casa, um conjunto de leis no sentido de criminalizar a violência praticada contra a mulher.

Ontem, realizamos na Casa um seminário para discutir a violência doméstica — sou Relatora do Subgrupo de Violência Doméstica da Comissão de Segurança Pública.

Hoje, deparamos com a seguinte questão no Brasil: o Estatuto da Criança e do Adolescente previne e criminaliza todas as violações dos direitos humanos. Apesar disso, as crianças e os adolescentes continuam sendo vítimas da violência no interior das famílias.

Há pouco mais de 2 meses, esta Casa aprovou o Estatuto do Idoso, matéria que tramitou por aqui muitos anos. O idoso é outro segmento penalizado pela violência praticada no interior da família.

No dia 25 de novembro, resolvemos focar a violência praticada contra a mulher. Por quê? Porque buscamos suprir uma lacuna existente na legislação. No ano que vem, pretendemos abrir amplo debate no Brasil sobre a violência doméstica. Teremos as leis, mas vamos nos deparar com a necessidade de mobilizar a sociedade para o cumprimento das leis existentes, ao mesmo tempo em que, a partir dessa mobilização, pretendemos suscitar outro debate, junto à opinião pública, relativamente à violação de direitos humanos. Os Deputados que me precederam já identificaram o problema da ineficiência e da morosidade no trato da questão dos direitos humanos, que ainda está no plano conceitual, em virtude da ausência de políticas públicas e de dotação orçamentária que tornem eficazes essas políticas.

Ao fazer esse relato, aproveito para informar à Anistia Internacional sobre o movimento que fazemos em relação à violência doméstica e à violência praticada contra a mulher no seio da família, bem como dizer que nossas crianças são vítimas



permanentes da desigualdade social, da falta de uma justa distribuição de renda, da ausência de políticas públicas e da situação em que muitas famílias se encontram hoje, em função do alto índice de alcoolismo e de dependência química, em geral causados pelo desemprego e pela falta de perspectiva.

Para nós, é muito importante esse contato, além de ser um enorme prazer rever os amigos que fazem parte da comitiva.

Eu integro 2 Comissões aparentemente antagônicas: de Direitos Humanos e de Segurança Pública.

O Brasil hoje clama por soluções na área de segurança pública. São crescentes as atividades do crime organizado, que sob vários aspectos se tornou pauta permanente da nossa Comissão. O problema com os índios, por exemplo, não diz respeito apenas à delimitação de terras indígenas e à falta de respeito a essa gente, mas às riquezas minerais localizadas nas terras indígenas e que são alvo de diversas atividades ilícitas. Várias rotas do narcotráfico passam por dentro de aldeias indígenas, e muitas vezes o policial brasileiro não está preparado para separar as 2 atividades: coibir o narcotráfico sem deixar de tratar os índios com a dignidade que eles exigem e merecem.

Na área urbana, a problemática da criança e do adolescente infrator está diretamente ligada ao roubo de carro e ao tráfico de drogas.

Por isso, é necessário dar uma resposta à demanda por segurança pública principalmente nos grandes centros urbanos. A discriminação, o preconceito e a intolerância estão-nos fazendo perder a juventude brasileira. O índice de homicídios no Brasil é maior na faixa etária entre 14 e 25 anos, na população masculina e de baixa renda.

Precisamos superar essa incompatibilidade entre segurança pública e direitos humanos. A solução dos problemas de segurança pública não reside no aumento de penas.

Concordo totalmente com as preocupações do Deputado Inaldo Leitão. Precisamos resolver o problema de distribuição de renda e levar o Governo e a sociedade a entenderem que não há incompatibilidade na punição de criminosos com respeito aos direitos humanos.

Precisamos de uma solução urgente para o sistema prisional brasileiro.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Enio Bacci) - Convido o Deputado Orlando Fantazzini a assumir a Presidência e dar continuidade aos trabalhos desta reunião.
(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) - Com a palavra a Sra. Irene Khan para fazer comentários e responder às 3 primeiras manifestações.

A SRA. IRENE KHAN (*Exposição em inglês. Tradução simultânea.*) - Começo respondendo às questões que V.Exa. mesmo levantou.

Concordo plenamente com tudo o que V.Exa. disse. Por assim dizer, quando falamos com membros da Comissão de Direitos Humanos, conversamos com pessoas que têm as mesmas idéias que nós. Na verdade, o que temos de fazer é convencer as pessoas que estão fora desta sala.

Ações severas contra o crime não estão levando à redução dele, mas a um recrudescimento do crime.

O período de isolamento de 360 dias, a que V.Exa. se referiu, é um tratamento completamente desumano. Há 30 anos, a Anistia Internacional protestou contra o isolamento de prisioneiros na Alemanha, e é extremamente deprimente ver esse tratamento emergir, 30 anos mais tarde, no Brasil.

V.Exa. levantou a questão importantíssima de como equilibrar segurança e direitos humanos. Essas 2 questões significam a mesma coisa. Se a segurança não protege os direitos humanos das pessoas, o que ela protege? Por isso, devemos mudar o foco do debate: em vez de ser uma proteção do Estado, tem que ser uma proteção de pessoas, de indivíduos.

Temos conhecimento de que nesta região já houve violação dos direitos humanos. Na época da ditadura isso aconteceu.

Sabemos, por experiência própria, que nenhum país ficará seguro até que seu povo sinta que seus direitos humanos estão respeitados, protegidos e seguros. As comunidades também não se sentirão seguras se os direitos humanos das pessoas que as formam não forem respeitados.

Na verdade, esse tratamento mais severo contra o crime está apenando todos, tanto inocentes como culpados. A comunidade como um todo é apenada. Portanto, penso que ele é um retrocesso. O desafio é saber como podemos nos afastar desse retrocesso e adotar uma maneira mais progressista de lidar com a



questão. Lógico que uma resposta progressista vai demandar mais prazo, vai requerer recursos, e talvez não seja tão popular assim. Mas acho que todos nós sabemos que liderança não é questão de popularidade e, sim, de se fazer a coisa certa.

Espero que a liderança política no Brasil realmente vista a camisa da questão dos direitos humanos e a coloque como prioridade entre as suas ações, porque todos os estudos mostram que, mesmo com sentenças mais duras, o crime violento está crescendo em espiral.

Recentemente, vimos ocorrerem ataques e matanças a pessoas ligadas à questão fundiária e a membros de comunidades indígenas, o que é uma pena.

No Brasil, como em toda a América, são cada vez mais crescentes os ataques contra os defensores dos direitos humanos. É uma pena que esse ataque venha ocorrendo no momento em que, como um dos senhores mencionou, há dificuldades no acesso à Justiça. São justamente as pessoas ligadas aos movimentos em prol dos direitos das mulheres, dos direitos à terra e dos direitos humanos que vão promover esse acesso à Justiça. Essas pessoas trabalham também para garantir uma maior participação da comunidade no Governo, o que é fundamental para qualquer sociedade democrática.

Devido ao clamor popular por medidas mais severas, muitas vezes os defensores dos direitos humanos são atacados, como se estivessem somente do lado da criminalidade.

Espero que os Deputados e líderes de várias organizações realmente levistem a voz em defesa dos direitos humanos e contra as pessoas que querem denegrir, por assim dizer, a questão dos direitos humanos.

A Anistia Internacional fez uma pesquisa na Europa e perguntou às pessoas nas ruas o que eram direitos humanos. Muitas não sabiam defini-los, mas julgavam ser algo ligado à Justiça.

V.Exas., no Brasil, têm agora a grande oportunidade de ampliar esse conceito de justiça. Existem muitos problemas aqui, sem dúvida, como crime, violência e desigualdade, mas a resposta está na justiça legal e social.

As leis já foram transformadas e são bastante severas, eu sei. Na área da infância e da juventude, houve muitas transformações, como a reforma da FEBEM.



Mas pergunto: o que acontece com as pessoas quando elas saem de instituições como essa?

Minha resposta é que essa solução há que ser promovida a longo prazo. Não é a resposta ao clamor popular. Não dá para fazer nada de imediato, como quer o povo. Essas medidas vão requerer muita coragem da parte de quem as tomar, porque seus resultados só serão conhecidos a longo prazo. E a população quer uma resposta já.

Na que se refere à violência contra a mulher, no ano que vem faremos uma grande promoção nessa área e esperamos poder trabalhar com a senhora e com outras pessoas que estejam interessadas na questão.

Igualmente, no âmbito da segurança pública, o problema da violência contra a mulher também é muito complexo e para ele não há respostas nem soluções imediatas.

Novamente, temos de trabalhar em níveis diferentes.

Uma das coisas mais difíceis na área da violência contra a mulher é que mesmo nos países onde as melhores leis foram introduzidas a violência permanece.

Portanto, há que se conscientizar a população de que a violência contra a mulher é abuso de direitos humanos, e temos de estigmatizar esse crime.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) - Concedo a palavra ao Deputado Neucimar Fraga.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sr. Presidente, saudando todos, parabênzo a Comissão de Direitos Humanos pela realização desta reunião e agradeço à Secretária-Geral da Anistia Internacional, Sra. Irene Khan, e a toda a comitiva que a acompanha a presença.

É a primeira vez que participo de uma reunião da Comissão de Direitos Humanos. Sendo membro da Comissão de Segurança, estou dando minha contribuição para o combate ao crime e à violência no País.

Quero, aproveitando a presença da Secretária-Geral da Anistia Internacional, abordar assunto muito polêmico e delicado, que normalmente não é debatido no País, mas que nos preocupa bastante. Gostaria de saber qual é a posição da Anistia Internacional em relação ao tráfico de órgãos humanos.



Há 7 meses coordeno, na Câmara dos Deputados, um grupo de trabalho que investiga o tráfico de órgãos humanos no Brasil e pude perceber que esse tipo de violência no País, e no mundo, não tem sido abordado com muita ênfase, especialmente pela Anistia Internacional e pela Comissão de Direitos Humanos. Milhares de pessoas são assassinadas no Brasil com a finalidade de se retirar órgãos para fomentar o tráfico nacional e internacional.

O Prof. Cícero Galli Coimbra, da Universidade Federal de São Paulo, neurocirurgião, foi premiado este ano pela UNESCO por trabalho científico referente a tratamento para o Mal de Parkinson. Ele defende, categoricamente, que a morte encefálica é um método inventado, em âmbito mundial, para facilitar o transplante de órgãos. E mais: ele argumenta que 70% dos pacientes diagnosticados com morte encefálica, ou morte cerebral, poderiam ser recuperados. Mas alguns médicos preferem acelerar a morte porque, nesse estágio, é maior o mercado para a captação de órgãos para transplantes.

Inquéritos no Brasil indiciam médicos por crime doloso, por assassinar pacientes para a retirada de órgãos. No entanto, tal assunto é abafado pela grande imprensa. O *lobby* é muito grande, bem como o corporativismo do Conselho Federal de Medicina para proteger elementos que deveriam ser banidos da categoria. Infelizmente, muitos desses médicos continuam em atividade, apenas são transferidos para outros Estados.

Faço, portanto, tal questionamento à Anistia Internacional. O assunto deve ser tratado pelo órgão, que, como sabemos, é respeitado.

Para exemplificar o que estou dizendo, ressalto que no Brasil e em muitos países a eutanásia é crime. Nenhum desembargador ou juiz pode, até mesmo com pedido da família, autorizar o desligamento de aparelhos em pacientes com morte encefálica diagnosticada. Recentemente soubemos de um caso nos Estados Unidos em que um Governador teve de se empenhar para aprovar uma lei na Assembléia Legislativa garantindo a uma paciente em estado de coma a possibilidade de permanecer viva.

No Brasil existe a Lei dos Transplantes. Nosso Código proíbe a eutanásia. Mesmo que um membro da família queira, ele não pode autorizar o médico a desligar os aparelhos para que seu ente querido morra. Entretanto, se esse mesmo



paciente tiver morte encefálica diagnosticada, a lei brasileira autoriza os médicos a retirar-lhe coração, córneas, fígado e rins, para fins de transplante.

Ora, a eutanásia é proibida, mas poderá sobreviver um paciente cujo fígado e coração tenham sido retirados para fins de transplante?

O assunto é muito polêmico. Milhares de pessoas aguardam na fila para fazer um transplante, mas não é justo que algumas sejam sacrificadas para que outras possam viver.

Estou acompanhando o assunto, como disse, há 7 meses. Temos provas documentais da existência dessa prática no Brasil — inquéritos policiais, investigação do Ministério Público, declaração de promotores e de delegados da Polícia Federal de algumas cidades brasileiras .

Há 30 dias, dois médicos tchecos foram condenados por tráfico internacional de órgãos. A União Européia inclusive fez uma nova legislação sobre tráfico de órgãos e sobre o conceito de morte encefálica.

A tese que defendem os médicos brasileiros é a mesma que sustentam os médicos norte-americanos, britânicos, japoneses e alemães. Infelizmente, como disse, há um *lobby* muito grande nessa área.

No Brasil, o diagnóstico de morte encefálica, que alimenta o tráfico de órgãos, é rebatido com veemência pela Associação Brasileira de Transplante de Órgãos — ABTO. Os profissionais que questionam essa prática no Brasil, conforme o art. 134 do Código de Ética do Conselho Federal de Medicina, são proibidos de divulgar novos conceitos fora do âmbito do Conselho, o que cria dificuldades para a discussão do assunto. Não aceita discussões internas e proíbe os médicos de questionarem esse conceito fora do âmbito do Conselho.

Pergunto: qual tem sido a posição da Anistia Internacional no que se refere ao tráfico internacional de órgãos humanos e ao conceito de morte encefálica, em âmbito mundial?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) - Obrigado, Deputado Neucimar Fraga.

Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Em primeiro lugar, desejo reforçar a importância de termos presente em nosso País a Secretária-Geral da Anistia



Internacional. A tortura tem tomado dimensões gravíssimas. A tortura que se pratica hoje não é aquela que acontecia nos porões da ditadura; é a praticada, na sua maioria, por policiais e agentes públicos que visam extorquir dinheiro e informações das pessoas. Há também a tortura praticada com o fim de forjar inquéritos.

Na Paraíba, 8 agricultores foram encarcerados no presídio de segurança máxima de Mangabeira, acusados injustamente de serem os responsáveis por um atentado que ocasionou a morte de um capanga do policial civil Sérgio de Souza Azevedo, chefe de uma milícia privada que espanca, tortura e mata agricultores. Apesar de o atentado ter ocorrido à noite e ele não ter visto nenhuma pessoa, colocou a culpa nesses 8 agricultores. Eles estão presos há mais de um ano. Foram torturados. Alguns deles, depois de passarem pela sessão de tortura, foram obrigados a apontar como mandantes daquele atentado a mim e ao Deputado Frei Anastácio. Ou seja, a tortura também visa forjar inquéritos, principalmente denunciando defensores de direitos humanos.

Um elemento chama a atenção nesse caso. Algumas pessoas que foram torturadas por grupos de extermínios e conseguiram se livrar narraram como se davam as torturas. Prometiam-lhes que, se informassem os nomes, seriam liberados. Antes, porém, tinham de informar o número da conta bancária e do cartão — quem os tinha. Alguns conseguiram se livrar, outros foram eliminados.

Na penitenciária da Paraíba, no ano passado, descobriu-se a existência de um grupo conhecido como “os ninjas” que praticava tortura dentro dos presídios. Esse grupo era composto por agentes penitenciários e por presos que tinham regalias.

Há outro aspecto que gostaria de narrar. Muitos dos torturadores agem como seguranças de autoridades do Executivo, do Legislativo e do Judiciário da Paraíba. Quando alguém é torturado e procura o Instituto Médico Legal para que seja feito o laudo atestando que houve tortura, alguns médicos recusam-se a atender a vítima se não houver requisição do delegado, e só fazem o atendimento se houver marcas profundas. As torturas psicológicas não deixam marcas, portanto não são levadas em conta pelas autoridades. Se o preso tiver mancha roxa, se estiver sangrando ou apresentar algum problema, faz-se o laudo.

As torturas psicológicas precisam ser enfrentadas no País.



Quando a vítima pede que seja encaminhada ao Instituto Médico Legal, o delegado diz: “Se eu fosse você não levaria esse caso à frente. Fulano é perigoso”.

No caso do cabo Sérgio, a própria autoridade policial disse: “Não vá porque ele vai saber que você foi ao IML”. Sentindo-se coagidas, as vítimas não procuraram o IML para serem submetidas a exame e receberem o laudo confirmando a tortura.

Na Paraíba verificamos a existência de milícias privadas no campo, constituídas de policiais, pistoleiros, capangas treinados para torturar e espancar agricultores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) - Obrigado, Deputado Luiz Couto.

Concedo a palavra à Sra. Irene Khan, que tem vôo marcado e o avião não vai esperar. Em seguida faremos o encerramento.

A SRA. IRENE KHAN (*Exposição em inglês. Tradução simultânea.*) - Quanto ao tráfico de órgãos humanos e à morte encefálica, existem muitas áreas ainda não exploradas. A ciência e a tecnologia vêm progredindo tanto que existem áreas sobre as quais ainda não temos opinião formada, mesmo na ciência. Afirmar quando a morte é morte — não me refiro à morte encefálica, mas à morte mesmo — e quando a vida é vida é questão em aberto.

Em relação ao tráfico de órgãos e de pessoas, essa questão é muito complexa. Esse tipo de crime vem crescendo, mas a Anistia Internacional ainda não fez nada nessa área. Vamos ver o que podemos fazer, porque essa atividade vem crescendo muito — como V.Exas. sabem, nossos recursos são limitados.

Muitas dessas questões estão intimamente relacionadas à exploração dos pobres. A pobreza, sendo um abuso aos direitos humanos, tem de ser reconhecida de maneira muito mais ampla. Muito mais tem de ser feito a esse respeito.

No que se refere à tortura — eu agradeço a V.Exa. a participação e as informações que nos deu —, como todos sabem, vimos trabalhando nessa área há bastante tempo e concluímos que ela não somente é uma violação dos direitos humanos, mas também uma maneira bastante ineficiente de se obter informação e de se fazer investigação. A pessoa torturada vai dizer qualquer coisa e nem sempre será verdade.



Do nosso ponto de vista, acho fundamental acabarmos com a impunidade em relação à tortura. Investigações independentes são fundamentais, e elas têm de ser mais bem trabalhadas e desenvolvidas no Brasil. Também é preciso haver um programa de proteção a testemunhas mais eficiente.

A melhor maneira de combater a tortura é torná-la transparente — como acender uma luz sobre ela — e também nos assegurarmos de que não haja impunidade.

Quando o Governo apresentou o relatório às Nações Unidas e ao comitê nessa área, fizemos muitas recomendações e gostaríamos de ver o que foi feito a partir dessas recomendações.

Precisamos de uma polícia melhor, mas não uma polícia brutal, e também de um melhor sistema penitenciário.

Do ponto de vista político, tenho de frisar que direitos humanos e segurança não são excludentes. Nos lugares onde essa prática funciona, ela nos mostra que segurança e direitos humanos realmente podem conviver lado a lado.

Para concluir, agradeço a oportunidade. O Brasil é um país importantíssimo para a Anistia Internacional e para o mundo, e tem oportunidade de mostrar liderança em questão de direitos humanos. Mas a imagem global do Brasil como líder na área de direitos humanos vai depender muito das práticas que se estabeleçam nacionalmente. Há relacionamento direto entre o que se pratica em casa e o seu reflexo no exterior.

Meus colegas de trabalho e eu estamos à disposição — estão presentes o Sr. Damian Platt, a Sra. Susan Lee e o Sr. Nicholas, da Anistia Internacional do Uruguai. Estamos à disposição para trabalhar com os senhores, para fortalecer os direitos humanos neste País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) - Em nome da Comissão de Direitos Humanos, agradeço à Sra. Irene Khan, Secretária-Geral da Anistia Internacional, e a toda sua comitiva a presença.

Nesses poucos anos de existência, a Comissão de Direitos Humanos já deu grande contribuição no sentido da eliminação de práticas de violação, que no passado eram sistemáticas. Ainda que oriunda de um grupo minoritário da



sociedade e do Parlamento, a defesa dos direitos humanos é uma disposição constante.

Apesar de todos os avanços que tivemos e dos desafios que faltam superar, continuaremos firmes na defesa dos direitos humanos, sempre contando com a parceria com a Anistia Internacional, que tem sido grande colaboradora e grande gestora das ações que devemos implementar.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.